

CONCURSO C-300 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

1ª ETAPA

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de respostas com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais.
11. O candidato que tomar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

28/8/2000

BOA SORTE

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

Dia 28/8/2000 - Primeira etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

1. Assinale a alternativa incorreta:

- I- As fontes formais, reais ou primárias do Direito do Trabalho se confundem com os seus próprios fundamentos e razões históricas, diretamente saídas do húmus social.
- II- O liberalismo, nos séculos XVIII e XIX, o socialismo, nos séculos XIX e XX, são típicas fontes formais forjadoras do Direito do Trabalho.
- III- De conformidade com o monismo, corrente jurídico-filosófica, de filiação positivista, que tem em Hans Kelsen seu principal teórico, as fontes formais do Direito do Trabalho, assim como as do direito em geral, defluem de um único centro de positivação jurídica, de um só núcleo produtor, que é o Estado.
- IV- O Direito do Trabalho possui rico manancial de fontes, todavia, nenhuma delas apresenta natureza privada, sendo todas imperativas, cujas normas se impõem de modo irresistível à vontade dos contraentes, incorporando-se automaticamente ao conteúdo da relação de emprego.
- V- As fontes do Direito do Trabalho, tal como as do direito em geral, podem ser materiais e formais, incluindo-se entre as últimas as induções ou matrizes filosóficas que respondem pela geração concreta de normas jurídicas.

- a) A alternativa I é falsa.
- b) As alternativas II e IV estão erradas.
- c) A alternativa III está correta.
- d) A alternativa V é falsa.
- e) As alternativas III e V estão corretas.

2. Assinale a opção correta:

- I- Entre a vontade abstrata do Estado, consignada na lei, e a sua realização prática e concreta, interpõe-se toda uma tarefa especial de hermenêutica.
- II- O Direito do Trabalho não se utiliza de todos os métodos de hermenêutica, apenas de histórico evolutivo e do sociológico.
- III- Não cabe interpretação analógica entre as regulamentações especiais do próprio Direito do Trabalho, que o fracionam e o fragmentam num sem número de verdadeiros direitos

singulares (bancários, aeronautas, médicos etc...

IV- As sentenças normativas e as convenções coletivas estão, de todo, afastadas da interpretação analógica entre si.

V- O princípio da proteção, que compreende as idéias "in dubio pro operario", a aplicação da norma mais favorável e a regra da condição mais benéfica, é que deve orientar o juiz do trabalho no caso de dúvida.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas IV e V estão erradas.
- c) Somente as alternativas I e V estão certas.
- d) As alternativas III e IV estão erradas.
- e) A única alternativa falsa é a II.

3. Assinale a alternativa correta:

I- Um dos fatores básicos que atua contra a livre admissão da renúncia no Direito do Trabalho é o estado de sujeição em que se encontra o empregado relativamente ao empregador. Trata-se apenas de sujeição jurídica, própria do contrato de trabalho.

II- A máxima "in praeteritum non vivitur", que no direito de família limita a reclamação de débitos alimentares passados, é aplicável em determinados casos no Direito do Trabalho.

III- O Direito do Trabalho admite a renúncia antecipada de direito, quando decorrente de lei, convenção coletiva ou de decisões administrativas ou judiciárias.

IV- Em princípio, as transações ocorridas na Justiça do Trabalho, sob a forma de conciliação dos dissídios individuais, são consideradas sempre válidas, eis que operadas sob a vigilância e a tutela da própria magistratura especializada.

V- Em matéria trabalhista, a transação judicial sujeita-se ao regime da renúncia, onde é possível renunciar, aí também será possível transigir fora do juízo. Reversamente, onde não couber renúncia não caberá transação extrajudicial, sendo importante destacar que esta impede o trabalhador de reclamar os direitos de que houver declinado.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) Somente a alternativa V está certa.
- c) As alternativas III e IV estão corretas.
- d) As alternativas II e III são as únicas falsas.
- e) Apenas a proposição contida no item IV é correta.

4. Assinale a alternativa incorreta:

I- A teoria da relação de trabalho, destacada do contrato de trabalho, constituindo conjunto de direitos e obrigações originário do próprio fato do trabalho, foi inicialmente sustentada pelos institucionalistas franceses.

II- É da essência do contrato de trabalho a existência de um estado de dependência em que permanece uma das partes, o qual não se verifica, pelo menos tão incisivamente, nos demais contratos de atividade. Vários critérios têm sido sugeridos para qualificar essa situação, sendo prevalentes os da dependência técnica e da dependência econômica.

III- o contrato de trabalho e o mandato apresentam características inconfundíveis, sendo impossível a coexistência dos dois vinculando simultaneamente a mesma pessoa.

IV- De acordo com a teoria da relação de trabalho, a vontade é o elemento de maior relevância na constituição e desenvolvimento do trabalho subordinado.

V- A definição do contrato de trabalho como o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego, contida no artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, resultou de uma composição feita entre os redatores de inspiração doutrinária institucionalista/organicista (Rego Monteiro) e de inspiração doutrinária contratualista (Arnaldo Süssekind), em inegável prejuízo à lógica, pois o preceito resultou em uma "petição de princípio": uma expressão (contrato de trabalho) remete à outra (relação de emprego) como "nomenjuris" distintos, mas que traduzem a mesma realidade.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) As alternativas III e V estão corretas.
- d) Apenas a alternativa IV está correta.
- e) Somente a proposição contida no item V está correta.

5. Assinale a alternativa correta:

I- Nos portos organizados, somente o trabalho portuário de estiva e capatazia pode ser realizado por trabalhadores portuários.

II- Para que o trabalhador se caracterize como empregado, é suficiente que sua prestação de trabalho assuma um caráter de infungibilidade.

III- O corretor de imóveis pode ser autônomo ou empregado. É autônomo quando intermedia, exclusivamente, por conta própria, a transação com imóveis. É empregado quando presta serviços diariamente, na empresa que faz corretagem de imóveis, subordinado a um gerente de equipe ou a um diretor, sendo remunerado apenas por comissão sobre as transações.

IV- Os trabalhadores intelectuais ou profissionais são aqueles cuja atividade pressupõe cultura científica ou artística e não gozam de proteção do Direito do Trabalho quando a exercem para o público, isto é, para todos os que, eventualmente, precisam e procuram seus serviços.

V- Altos empregados são os ocupantes de posições internas de chefias ou cargos de confiança e recebem da legislação trabalhista um tratamento diferenciado perante o parâmetro genérico dos demais empregados da organização empresarial.

- a) As alternativas I e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas IV e V estão corretas.
- c) A alternativa III é falsa.
- d) As alternativas I e II são as únicas falsas.
- e) As alternativas II e III estão erradas.

6. Assinale a alternativa correta:

1- Os faxineiros de prédios de apartamentos residenciais são empregados domésticos,

mesmo quando a serviço da administração do edifício.

II- Considera-se como trabalhador rural apenas aquele que se dedica a atividades diretamente vinculadas à pecuária ou à lavoura.

III- A interpretação dominante do art. 2º, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho é de que o grupo econômico se configura quando existe relação de coordenação entre seus integrantes, não sendo necessária uma relação de dominação como denota o texto literal celetista, ao se referir à existência de direção, controle e administração de uma empresa sobre as demais.

IV - A substituição de pessoa jurídica na exploração de concessão de serviço público caracteriza sucessão de empresas para fins de solidariedade passiva trabalhista, sendo necessário formalidade especial para prová-la.

V- O princípio da despersonalização do empregador é um dos fundamentos da sucessão trabalhista.

- a) As alternativas I e V estão corretas.
- b) A alternativa IV é a única errada.
- c) Apenas a alternativa V está correta.
- d) As alternativas III e V estão corretas.
- e) A alternativa III é falsa.

7. Assinale a alternativa correta:

I- A pessoalidade da prestação de trabalho, caracterizadora do contrato de emprego, não se compatibiliza com o chamado "job sharing" ou partilha do posto de trabalho, fórmula adotada por alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros.

II- A exclusividade da prestação de serviços ao mesmo empregador é indispensável à caracterização do estado de empregado, da mesma forma que a continuidade ou não eventualidade.

III- Para a validade do contrato de trabalho é necessária a presença dos requisitos indicados pelo art. 82 do Código Civil, a saber: agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei. Este motivo levou a jurisprudência a se pacificar em tomo da idéia da nulidade do pacto celebrado entre o "bicheiro" e o cambista.

IV - A "affectio societatis" constitui o ponto de identificação entre o contrato de trabalho e o de sociedade.

V- O poder disciplinar do empregador se mantém mesmo durante os períodos de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, nos quais permanece o empregado sujeito à obrigação de acatamento às normas de disciplina e respeito ao empregador e superiores hierárquicos.

- a) Todas as alternativas são falsas.
- b) As alternativas I e V estão corretas.
- c) A assertiva IV é verdadeira.
- d) As alternativas II e III estão corretas.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

8. Assinale a alternativa escoreita:

I- O vale-refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, não tem caráter salarial e, por isso, não integra a remuneração do empregado.

II- Somente as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço integram a remuneração do empregado.

III- A parcela participação nos lucros da empresa, habitualmente paga, tem natureza salarial. Neste sentido é o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho.

IV- Sendo a onerosidade traço caracterizador do contrato de trabalho, a falta de estipulação de salário afasta sua existência.

V- A imposição do pagamento do salário em moeda corrente é absoluta.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa IV está correta.
- d) Somente a alternativa V é falsa.
- e) A alternativa II é a única certa.

9. Assinale a alternativa correta:

I- A equiparação salarial pressupõe identidade absoluta de funções; assim sendo, a identidade de denominação, por si só, autoriza o reconhecimento da isonomia de salários.

II- O princípio da integralidade salarial visa a garantir ao empregado o recebimento do salário atinente ao seu contrato de trabalho, protegendo-o contra os abusos que podem ser praticados pelo respectivo empregador. Nada obstante este princípio, é lícito o desconto do salário relativo ao valor do dano causado por dolo do empregado.

III- Trabalho de igual valor é o realizado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos.

IV- Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam 50% do salário do empregado.

V- O contrato de equipe é o celebrado diretamente com um conjunto de trabalhadores organizados espontaneamente, dotado de personalidade jurídica, para realizar um trabalho comum.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) Somente a alternativa I é falsa.
- c) Estão corretas as alternativas II, III e IV.
- d) As alternativas II e V estão corretas.
- e) As alternativas IV e V estão corretas.

10. Assinale a alternativa correta:

I- Os empregados contratados sob o regime de tempo parcial não têm direito a férias e não

podem prestar horas extras

- II- É possível a celebração de contrato de trabalho por prazo determinado, fora das hipóteses previstas no art. 443, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que autorizada por convenção ou acordo coletivo e que as admissões representem acréscimo no número de empregados.
- III- É unicamente econômico o fundamento da limitação do tempo de trabalho.
- IV - A remuneração da hora suplementar poderá ser dispensada se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- V- A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 horas previsto no art. 7º, inciso XIV, da Constituição da República de 1988.
- a) As alternativas III e IV estão corretas.
b) Somente a alternativa III é falsa.
c) As alternativas I, II e IV estão corretas.
d) As alternativas corretas são as II, IV e V.
e) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Marque a alternativa errada:

- a) A jurisdição compreende não apenas a atividade de decidir qual o direito em determinado caso, mas também a atividade de tomar efetivo esse direito, através da execução da sentença.
- b) Na jurisdição chamada de voluntária, graciosa ou administrativa, a intervenção do juiz faz-se apenas para homologar o acordo ou a vontade dos interessados, não possuindo a decisão aí proferida força de coisa julgada material.
- c) O juiz só prestará a tutela jurisdicional quando provocado pela parte ou interessado, atendendo ao princípio da inércia, para alguns, e da demanda, para outros, existindo, porém, algumas exceções, como é o caso da decretação da falência, quando indeferido o pedido de concordata.
- d) Segundo o princípio da legalidade das formas, a prestação jurisdicional pode ser exercida de conformidade com normas previamente fixadas, as quais servem apenas de orientação para o juiz, que possui liberdade para escolher a forma mais adequada.
- e) O nosso ordenamento jurídico consagra o princípio da perpetuação da competência, segundo o qual, uma vez fixada, a competência para determinada causa não será mais modificada, permitindo, porém, sua modificação quando for suprimido o órgão judiciário ou quando a competência for alterada em razão da matéria ou da hierarquia.

12. Assinale a alternativa correta, de acordo com as assertivas abaixo:

- I- Modernamente, a maioria dos processualistas inclina-se por seguir a corrente que

defende a ação como direito autônomo, que possui existência independente do direito substantivo invocado, de que é exemplo a ação declaratória negativa.

II- De acordo com nosso Código de Processo Civil, as condições da ação são a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes, o interesse processual, a inexistência de coisa julgada e litispendência.

III- Diante da autonomia do direito de agir, entendem alguns doutrinadores que o correto é o julgador decidir pela improcedência dos pedidos e não da ação, quando as condições da ação estiverem presentes.

IV- Segundo Chiovenda, o interesse de agir consiste em que, sem a intervenção dos órgãos jurisdicionais, o autor sofreria um dano, o que significa dizer que o interesse de agir pressupõe a necessidade de que sejam utilizados os meios jurisdicionais para a tutela de um direito.

V - Legitimação passiva e legitimação para contestar significam a mesma coisa, visto que dizem respeito ao pólo passivo na ação.

- a) Todas as assertivas estão certas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão certas.
- c) As assertivas I, III e IV estão certas.
- d) As assertivas I e V estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

13. Assinale a alternativa correta, conforme as afirmações abaixo:

I- O processo é o método ou sistema de atuação utilizado pelos órgãos estatais, no exercício da jurisdição, e o procedimento é a seqüência de atos através dos quais o processo se realiza.

II- Segundo a moderna doutrina processualística, o objeto do processo é a relação jurídica material controvertida.

III- O processo pode ser classificado em três espécies distintas: processo de cognição, processo de execução e processo cautelar, sendo que as atividades jurisdicionais de cognição e execução são dependentes entre si, visto que a primeira é necessariamente preliminar da segunda.

IV- Segundo o princípio da verdade real ou material, o juiz deve formar livremente seu convencimento, levando em consideração a verdade real que surge dos fatos e circunstâncias constantes dos autos, valorando a prova de acordo com seus próprios critérios, e não por prévios padrões estabelecidos.

V- Os pressupostos processuais são subjetivos e objetivos, sendo que os primeiros relacionam-se com o juiz e as partes, e os segundos com a forma procedimental e a ausência de fatos que impeçam a regular constituição do processo, de acordo as normas processuais em vigor.

- a) Todas as alternativas estão certas.
- b) Apenas as alternativas I e V estão certas.
- c) As alternativas I, II e V estão certas.
- d) As alternativas II e III estão erradas.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

14. Marque a alternativa correta, de conformidade com as afirmações abaixo:

- I- O processo gera uma relação jurídica trilateral, composta por três sujeitos: o Estado, o autor e o réu, todos em busca de uma solução para o conflito de interesses posto em juízo.
- II- Regra geral, a titularidade do direito de ação está vinculada à titularidade do pretendido direito material subjetivo, existindo, porém, exceções previstas em lei, que permitem que terceiro possa agir em nome próprio, pleiteando direito alheio, figura jurídica a que se dá o nome de substituição processual.
- III- A incapacidade processual e a irregularidade de representação só serão examinadas quando forem argüidas pela parte adversa, sendo defeso ao juiz conhecer *ex officio* de questões envolvendo essas matérias.
- IV- Ao juiz é defeso conhecer de questões não suscitadas, mesmo que a lei não exija iniciativa da parte.
- V- Os atos de apenas alguns dos litisconsortes, no litisconsórcio unitário, podem beneficiar os demais, tendo em vista que neste tipo de litisconsórcio o juiz deve decidir a lide de modo uniforme para todos os litisconsortes.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I e V estão corretas.
- c) As afirmações I, II e V estão corretas.
- d) As afirmações I e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

15. Marque a alternativa correta:

- a) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos pela lei, ou apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, deve indeferir-la de imediato.
- b) No processo civil o pedido não pode mais ser alterado a partir do momento em que é feita a citação válida, a não ser com o consentimento do réu, e em nenhuma hipótese, após o saneamento do processo.
- c) O pedido deve ser sempre certo ou determinado, não sendo permitido ao autor formular pedido genérico.
- d) Só poderá haver cumulação de pedidos, num único processo, quando entre eles haja conexão.
- e) No caso de indeferimento da petição inicial, cabe ao autor interpor o recurso de apelação ao tribunal competente, sendo defeso ao juiz a modificação de sua decisão.

16. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo para oferecer contestação, exceção e reconvenção é de quinze dias, devendo ser contado em dobro quando houver litisconsórcio passivo e os litisconsortes tiverem

diferentes procuradores.

- b) O prazo para contestar será contado em quádruplo quando a parte for a Fazenda Pública.
- c) A incompetência, o impedimento ou a suspeição devem ser argüidos quando da contestação, sob pena de preclusão.
- d) Depois da contestação é lícito deduzir novas alegações quando forem relativas a direito superveniente, competindo ao juiz conhecer delas de ofício ou por expressa autorização legal.
- e) O réu só pode reconvir no mesmo processo quando a reconvenção for conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

17. Marque a alternativa correta, de acordo com as assertivas abaixo:

I- A prova pode ser vista sob dois aspectos: o objetivo, segundo o qual a prova é o instrumento ou meio hábil a demonstrar a existência de um fato; e o subjetivo, em que a prova aparece como a convicção, a certeza formada no espírito do julgador quanto à existência de um fato.

II- A prova possui um objeto, que são os fatos deduzidos pelas partes em juízo; uma finalidade, que é a formação da convicção do julgador; o destinatário, que é o juiz; os meios, que devem ser legais ou moralmente legítimos; e, ainda, o método, oriundo de um sistema processual previsto em lei, que forma o procedimento probatório.

III- De acordo com o sistema da persuasão racional, adotado pelo nosso Código de Processo Civil para a apreciação da prova, embora o juiz seja livre em seu convencimento, não pode ser arbitrário, devendo ficar condicionado às alegações das partes e às provas dos autos, além de observar os critérios legais sobre a prova e sua validade, as regras sobre presunções legais, as regras de experiência quando faltarem normas legais, devendo as sentenças ser sempre fundamentadas.

IV- A parte que alega fato negativo constitutivo de direito tem o ônus de prová-lo.

V- A finalidade do depoimento pessoal é provocar a confissão das partes e esclarecer fatos discutidos na causa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e V estão erradas.
- d) As assertivas I, III e V estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

18. Assinale a alternativa correta, de acordo com as afirmações abaixo:

I- Diz-se que a sentença é terminativa quando põe fim ao processo, sem resolver o mérito: enquanto que a sentença é definitiva quando decide o mérito da causa, no todo ou em parte, dando solução ao litígio mediante acolhimento ou rejeição (total ou parcial) de pedido formulado pelo autor.

II- O nosso Código de Processo Civil dá natureza de sentença definitiva ou de mérito às decisões em que: o juiz acolhe ou rejeita o pedido do autor; o réu reconhece a

procedência do pedido; as partes transigem; o juiz acolhe a alegação de decadência ou de prescrição do direito; o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação.

III- Quando o pedido for certo, o juiz deve proferir sentença líquida, porém, caso isso não seja possível, embora tenha ficado provado o direito material do autor, deve julgar improcedente o pedido.

IV- Ao juiz é defeso proferir decisão em natureza ou objeto diverso do que foi pedido, ou em quantidade diversa da pleiteada, sob pena de ser decretada a nulidade da sentença em qualquer caso.

V- As sentenças podem ser condenatórias, constitutivas ou declaratórias, sendo estas últimas as que apenas declaram a existência ou inexistência de um direito ou a autenticidade ou falsidade de um documento.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) As afirmações I, II e V estão corretas.
- d) As afirmações I, III e IV estão erradas.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

19. Marque a alternativa correta, de conformidade com as afirmações abaixo:

I- Existe coisa julgada material quando não houver mais qualquer recurso oponível à sentença, seja ordinário, seja extraordinário, mesmo que não tenha ocorrido pronunciamento judicial sobre a questão posta em juízo.

II- A coisa soberanamente julgada ocorre quando se escoar o prazo decadencial para a propositura da ação rescisória ou quando esta for julgada improcedente.

III- A apreciação sobre questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, não faz coisa julgada, a não ser que a parte o requeira, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto para o julgamento da lide.

IV- Tratando-se de relação jurídica continuativa, e sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, a parte pode pedir revisão do que foi decidido na sentença.

V- Cabe ao réu argüir a coisa julgada na contestação, sob pena de preclusão.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I e IV estão corretas.
- d) As alternativas I e V estão erradas.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

20. Assinale a alternativa correta, de acordo com as assertivas abaixo:

I- O devedor pode assumir a posição de exeqüente no processo quando requerer que o juiz mande citar o credor a receber em juízo o que lhe cabe, conforme o título executivo judicial.

II- São títulos executivos judiciais: a sentença declaratória proferida no processo civil; a sentença arbitral; a sentença homologatória de transação ou de conciliação; o formal e a

certidão de partilha; o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.

III- Quando a sentença que foi objeto da execução for modificada ou anulada, a execução fica sem efeito, restituindo-se as coisas ao estado anterior.

IV- A execução provisória da sentença não abrange os atos que importem alienação, domínio, permitindo, porém, o levantamento de depósito em dinheiro, sem necessidade de caução.

V- Todos os bens do devedor, presentes e futuros, respondem pelo cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei, como é o caso dos vencimentos, soldos e salários.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- c) As assertivas I, III e V estão corretas.
- d) As assertivas I, II e V estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21. Assinale a alternativa errada:

- a) O direito judiciário do trabalho é o ramo da ciência jurídica que abrange as normas instrumentais que servem de base à aplicação do direito material do trabalho, no dissídios individuais e coletivos de natureza trabalhista, disciplinando a atividade de juiz e das partes no processo.
- b) A autonomia do direito processual do trabalho prende-se ao fato de que, embora possua princípios básicos comuns a outras espécies de direito adjetivo, possui seus próprios princípios norteadores, em razão da natureza protetiva das normas de direito material do qual se vincula.
- c) São exemplos de disposições de conteúdo protecionista no processo do trabalho: a competência territorial com base no local da prestação de serviços; simples arquivamento da reclamação em caso de não comparecimento do reclamante à audiência; exercício do *jus postulandi* pelas próprias partes; benefício da justiça gratuita, para os que ganham até dois salários mínimos ou provarem seu estado de miserabilidade, que pode ser concedido inclusive *ex officio*; prazos curtos para defesa e recursos.
- d) O processo judiciário do trabalho está disciplinado na CLT e em legislação avulsa específica, não podendo ser-lhe aplicados dispositivos do direito processual comum, por absoluta incompatibilidade.
- e) Na interpretação das normas de direito processual do trabalho, o juiz deve ter em mente o fim último pretendido pelo legislador, que é o equilíbrio socioeconômico e político entre os fatores da produção, que são capital e trabalho.

22. De acordo com as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

- I- São princípios que orientam o processo trabalhista. dentre outros: o protecionista; o do

inquisitório; o da concentração; o da oralidade; o da celeridade processual e o da instrumentalidade das formas processuais.

II- Segundo o princípio inquisitório, o juiz tem ampla liberdade na direção do processo, sendo-lhe permitido determinar qualquer diligência que entender necessária ao andamento rápido e esclarecimento das causas, podendo, dentre outras medidas, reabrir a instrução processual, mandar buscar testemunhas referidas para ouvi-las, determinar provas que as partes esqueceram ou não quiseram produzir.

III- De acordo com o princípio da instrumentalidade das formas, o processo não é um fim em si mesmo, mas sim o instrumento de composição das lides, garantindo a efetividade do direito material.

IV- Na Justiça do Trabalho os atos processuais não serão anulados, embora tenham violado a forma adequada, se atingiram o fim a que se destinavam, não prejudicando as partes.

V- Uma das peculiaridades do processo do trabalho é a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, que atende ao princípio da celeridade processual.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e IV não estão corretas.
- d) As alternativas II e V estão erradas.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

23. Assinale a alternativa correta, de acordo com as assertivas abaixo:

I- A jurisdição é o poder em que está investido o juiz de aplicar o direito aos casos concretos submetidos à sua decisão, enquanto que a competência é a medida da jurisdição que é atribuída a cada juiz, de acordo com a área geográfica, o ramo do direito, as pessoas envolvidas, a função do julgador.

II- A competência da Justiça do Trabalho abrange todos os dissídios, sejam individuais ou coletivos, entre empregados e empregadores, bem como outras questões decorrentes da relação de trabalho, desde que expressamente previsto em lei, como é o caso das lides envolvendo trabalhadores avulsos, empreiteiros, eventuais e autônomos.

III- A Justiça do Trabalho não possui competência para julgar dissídio de natureza trabalhista, quando for demandada pessoa jurídica de direito público externo e organismo internacional, mesmo quando houver renúncia expressa à imunidade de jurisdição.

IV- A competência da Justiça do Trabalho estende-se à execução, de ofício, de contribuições sociais e fiscais incidentes sobre verbas trabalhistas, decorrentes das sentenças que proferir.

V- Os Tribunais Regionais do Trabalho, não divididos em turmas, possuem competência originária para processar e julgar os dissídios coletivos, as revisões de sentença: normativas, a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos, os mandados de segurança, as ações rescisórias.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- c) As assertivas I, II e V estão corretas.

- d) As assertivas I, II e III estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

24. Assinale a alternativa errada:

- a) Nas Varas do Trabalho a jurisdição será singular, embora continuem funcionando com a representação classista, até a extinção dos atuais mandatos.
- b) Compete às Varas do Trabalho conciliar e julgar os dissídios decorrentes da relação de trabalho entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO.
- c) Os Juízes Titulares de Varas do Trabalho só podem conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações que visem tomar sem efeito transferência disciplinada pelo art. 469 e parágrafos, da CL T, e reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.
- d) As suspeições argüidas contra membros dos Tribunais Regionais do Trabalho devem ser julgadas pelo próprio Tribunal Regional do Trabalho.
- e) Questão envolvendo o processo eleitoral de dirigentes sindicais não é da competência da Justiça do Trabalho.

8

25. Assinale a alternativa correta:

- a) No processo trabalhista a reclamação pode ser escrita ou verbal, e, se escrita, deve conter, além da designação da autoridade à qual é dirigida, a qualificação das partes, a exposição dos fatos, o pedido e os fundamentos jurídico e legal, sob pena de ser indeferida por inépcia.
- b) Não podem ser cumuladas em um só processo reclamações trabalhistas de vários empregados quando, embora havendo identidade de matéria, não pertencerem à mesma empresa ou grupo de empresas.
- c) Na audiência é obrigatória a leitura da reclamação, devendo a defesa ser feita oralmente, no prazo máximo de quinze minutos.
- d) O empregador poderá fazer-se substituir na audiência por preposto que tenha conhecimento do fato, e o empregado poderá fazer-se representar por outro trabalhador ou sindicato, não havendo necessidade que sejam da mesma categoria.
- e) O não comparecimento do reclamante na audiência provoca o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do empregador em revelia e confissão ficta, não sendo permitido ao juiz suspender o julgamento, designando nova audiência, mesmo que exista motivo relevante.

8

26. Com relação ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, sendo excluídas desse procedimento as demandas em que forem parte a

Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.

- b) Na ata de audiência devem ser registrados todos os atos praticados, bem como os depoimentos das partes e testemunhas integralmente.
- c) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- d) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, devem comparecer na audiência de instrução e julgamento, não sendo permitida a intimação de testemunha que deixar de comparecer, mesmo que comprovadamente tenha sido convidada.
- e) A sentença deverá conter os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, sendo indispensável o relatório.

27. Marque a alternativa correta, levando em consideração as assertivas abaixo:

- I- Nos dissídios coletivos a prerrogativa para instaurar a instância é dos sindicatos, porém, na falta destes, a instância pode ser instaurada pelas federações, e inexistindo estas, pelas confederações, podendo, ainda, ser instaurada por iniciativa do Presidente do Tribunal, ou a requerimento do Ministério Público do Trabalho, quando ocorrer suspensão do trabalho.
- II- Fica subordinada à aprovação de assembléia, a representação do sindicato para instaurar a instância em dissídio coletivo, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio, devendo o *quorum* alcançar dois terços dos associados, em primeira convocação, e dois terços dos associados presentes, em segunda convocação.
- III- Na audiência de conciliação, havendo acordo, o próprio Presidente procederá a sua homologação, e, não havendo acordo, submeterá o processo a julgamento pelo Tribunal, depois de realizadas as diligências que entender necessárias, ouvido o Ministério Público do Trabalho.
- IV- A ação de cumprimento só pode ser intentada após o trânsito em julgado da sentença normativa.
- V- Pode ser formulado protesto judicial a fim de preservar a data-base da categoria, quando não for possível o ajuizamento do dissídio coletivo nos sessenta dias que antecedem o termo final de convenção, acordo ou sentença normativa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas III e IV estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

28. Assinale a alternativa correta, de acordo com as afirmações abaixo.

- I- No processo do trabalho a prova das alegações incumbe à parte que as fizer, o que significa dizer ao reclamante, quanto aos fatos constitutivos de seu direito, e ao reclamado, quanto aos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito de autor.

II- Não dependem de provas os fatos não contestados, salvo se não for admissível a confissão ou se a presunção de veracidade não for compatível com a defesa em seu conjunto.

III- A confissão ficta é meio de prova e ocorre quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário.

IV- A confissão judicial não faz prova contra os litisconsortes.

V- A prova documental deve ser produzida com a inicial ou com a contestação, sendo permitida, porém, a juntada posterior, como contraprova a fatos alegados na contestação, ou de documentos novos, destinados a fazer prova de fatos ocorridos posteriormente, ou ainda para melhor esclarecimento dos fatos constantes da lide, a critério do juiz, no exercício de seu amplo poder diretivo do processo.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
- c) As afirmações I, II, IV e V estão corretas.
- d) As afirmações II e III estão erradas.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

29. Assinale a alternativa errada:

- a) Não prestará compromisso legal a testemunha incapaz, impedida ou suspeita, a qual só será ouvida se estritamente necessário seu depoimento, independentemente de compromisso legal, ficando o juiz livre para dar o valor que entender devido a esse depoimento.
- b) O perito nomeado pelo juízo e os assistentes técnicos deverão cumprir zelosamente com o encargo que lhes for atribuído, mediante assinatura do termo de compromisso.
- c) Declarações escritas não substituem os depoimentos em juízo, por não possibilitarem a inquirição pelo juiz e a reinquirição pelas partes, impossibilitando a produção plena da prova e atentando contra o princípio do contraditório.
- d) No processo trabalhista o incidente de falsidade deve ser suscitado na contestação ou na primeira oportunidade em que a parte deva falar no processo, após a juntada dos documentos.
- e) Quando a parte, intimada, deixar de exhibir documento mediante o qual a parte contrária pretendia provar suas alegações, sem apresentar justa razão para isso, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que a parte pretendia provar com o documento.

30. Assinale a alternativa correta, diante das afirmativas abaixo:

I- O juiz deve decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso condenar o réu em quantidade ou objeto diverso do que foi demandado, existindo, porém, situações, em que o juiz pode condenar em pedido que não constou expressamente da inicial, como é o caso da indenização em lugar de reintegração do estável, dobra dos salários incontroversos, pagamento de valores relativos ao FGTS, ao invés do saque, quando ficar constatada a ausência de depósitos.

II- O juiz é livre na apreciação da prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes

dos autos, devendo indicar na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento, sendo-lhe defeso conhecer de fatos não alegados pelas partes.

- III- Quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir provas em audiência, o juiz deve conhecer diretamente do pedido.
 - IV- A sentença homologatória de acordo celebrado em dissídio trabalhista possui força de coisa julgada, na medida em que vale como decisão irrecorrível, sendo vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas.
 - V- Os erros de escrita, de datilografia ou de cálculo existentes na decisão podem ser corrigidos antes da execução, somente mediante requerimento das partes ou do Ministério Público do Trabalho.
- a) Todas as afirmações estão corretas.
 - b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
 - c) As afirmações I, II e III estão corretas.
 - d) As afirmações II e V estão erradas.
 - e) Todas as afirmações estão erradas.

DIREITO INTERNACIONAL

31. Nos termos da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

- a) o Governo é que pratica os atos administrativos que formalizam a denúncia do tratado normativo, mas a eficácia jurídica desse ato está condicionada à manifestação do Conselho da República.
- b) o Estado é que pratica os atos administrativos que formalizam a denúncia do tratado normativo, mas a eficácia jurídica desse ato está condicionada à manifestação da Câmara Federal.
- c) o Governo é que pratica os atos administrativos que formalizam a denúncia do tratado normativo, mas a eficácia jurídica desse ato está condicionada à concordância do Congresso Nacional.
- d) o Estado é que pratica os atos administrativos que formalizam a denúncia do tratado normativo, mas a eficácia jurídica desse ato está condicionada à concordância do Senado Federal.
- e) o Governo é que pratica os atos administrativos que formalizam a denúncia do tratado normativo e sua eficácia jurídica independe de concordância do Senado Federal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

32. A Constituição Federal:

- a) trata da inconstitucionalidade por ação e omissão, do controle de constitucionalidade jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado, este competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) disciplina, somente, o controle de constitucionalidade por via de exceção.
- c) permite que qualquer interessado ajuíze ação direta de inconstitucionalidade.

- d) faculta, apenas, ao juiz suscitar a questão de controle de inconstitucionalidade.
- e) autoriza as sociedades civis, com mais de um ano de existência, a ajuizar ação direta de inconstitucionalidade.

33. A declaração de inconstitucionalidade, na via indireta:

- a) anula a lei.
- b) revoga a lei.
- c) toma a lei inexistente.
- d) não anula a lei nem revoga, a lei teoricamente continua em vigor, eficaz e aplicável, até que o Senado Federal suspenda sua executoriedade.
- e) tem eficácia "erga omnes".

34. É competência privativa da União:

- a) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- b) cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- c) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens do valor histórico, artístico e cultural.
- d) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- e) legislar sobre trânsito e transporte.

35. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) procedimentos em matéria processual.
- b) desapropriação.
- c) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- d) serviço postal.
- e) política de crédito.

36. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- a) ficar ausente do país mais de 5 (cinco) anos e não manifestar, nesse prazo, o interesse pela manutenção de sua nacionalidade.

- b) tiver cancelada a sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- c) casar com estrangeiro e passar a morar no exterior por mais de 10 (dez) anos.
- d) se recusar a prestar serviço militar obrigatório.
- e) abandonar a prestação do serviço militar obrigatório.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37. A vacância do cargo público pode acontecer com extinção do vínculo pela:

- a) promoção, exoneração e morte.
- b) morte, readaptação e recondução.
- c) demissão, aposentadoria e promoção.
- d) exoneração, demissão, morte e aposentadoria.
- e) promoção, readaptação, recondução e exoneração.

38. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará:

- a) em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) aguardando tempo para se aposentar.
- c) sujeito à exoneração depois de dois anos.
- d) impedido de prestar concurso público.
- e) impossibilitado de exercer qualquer outra atividade.

39. A Reforma Administrativa estabeleceu um "teto salarial" para o servidor público.

Este "teto salarial" impede que:

- a) o servidor federal receba remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que excedam o subsídio mensal, em espécie, do Presidente do Senado.
- b) o servidor estadual receba remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que excedam o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado.
- c) o servidor municipal perceba remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que excedam o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.
- d) os servidores federais, estaduais e municipais recebam remuneração, proventos, pensões

ou outra espécie remuneratória, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que excedam o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República.

- e) os servidores federais, estaduais e municipais recebam remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que excedam o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

40. A motivação do ato administrativo:

- a) não é obrigatória.
- b) só é obrigatória quando a lei a imponha.
- c) é sempre obrigatória.
- d) depende da natureza do ato, se for vinculado dispensa motivação.
- e) só é obrigatória se se tratar de ato discricionário.

41. Nos termos da lei, são casos de extinção da concessão:

- a) força maior, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da empresa.
- b) abandono e caducidade.
- c) encampação, caducidade e abandono.
- d) abandono, advento do termo contratual, anulação e extinção da empresa.
- e) advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da empresa.

DIREITO PENAL

42. Anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social materializa:

- a) crime de falsidade, sujeito às penas do arte 299 do Código Penal.
- b) crime de falsificação de documento público, sujeito à pena de detenção.
- c) somente infração às normas de proteção ao trabalhador sujeitando o infrator à multa.
- d) crime de falsidade somente se a CTPS for assinada por empregador pessoa física.
- e) crime de falsidade de documento particular, porque a CTPS é o instrumento do contrato de trabalho que tem natureza privada.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

43. São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, em razão da dependência econômica presumida:
- a) o cônjuge, a companheira, os pais, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
 - b) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
 - c) somente os filhos menores de 21 (vinte e um) anos.
 - d) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
 - e) o cônjuge, os pais e filhos menores de 21 (vinte e um) anos.
44. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, considerado a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Independem de carência:
- a) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família, salário-maternidade, auxílio acidente e pecúlios.
 - b) aposentadoria, salário-maternidade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, licença-saúde.
 - c) pensão por morte, salário- família, auxílio-doença, aposentadoria por idade.
 - d) aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, salário- família e auxílio doença.
 - e) somente pensão por morte e auxílio-reclusão.

DIREITO CIVIL

45. Assinale a alternativa correta:

- I- Os princípios jurídicos se agrupam em duas categorias, constituindo a primeira o direito público e a segunda o direito privado. São dois compartimentos herméticos que estabelecem a separação total entre as normas públicas e as privadas.
- II- Foram inconvenientes oriundos da separação da disciplina da vida jurídica mercantil, por meio dos Códigos de Comércio, que fizeram eclodir o movimento tendente à unificação do direito privado, no qual destacaram-se, como defensores Vivante, Cimbali, Ellero e Montanelli.
- III- A analogia, considerada por parte da doutrina como verdadeira fonte do direito e tida por outra parte como método de interpretação, consiste na investigação do pensamento mais alto da cultura jurídica, juntamente com a fixação da orientação geral do ordenamento jurídico para trazê-lo ao caso concreto.

IV - A revogação determina a perda da eficácia da lei. Ela pode ser total ou parcial. A primeira é chamada derrogação e a segunda é chamada ab-rogação.

V- De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, lei revogadora somente tem a qualidade de reprimenda a antiga quando houve pronunciamento expresso neste sentido.

- a) Somente as alternativas III e IV estão certas.
- b) Apenas as alternativas II e V estão certas.
- c) Somente as alternativas I e IV estão certas
- d) Apenas a alternativa III é falsa.
- e) A única alternativa errada é a I.

46. Assinale a alternativa correta:

I- Direito natural é o conjunto de princípios que pautam a vida social de determinado povo em determinada época.

II- O Digesto e as Instituições consagraram a diferença entre direito público e direito privado de autoria de Ulpiano, segundo a qual o direito público era o direito do Estado romano; o direito privado, a disciplina dos cidadãos.

III- Planiol, Ripert e Boulanger sustentam não ser o direito civil apenas uma das divisões do direito privado, mas continua sendo o direito comum, em razão de compreender todo um conjunto de regras relativas às instituições de direito privado, aos atos e às relações jurídicas.

IV- O princípio da irretroatividade, transposto do plano filosófico para o direito positivo, converte-se em um preceito de política legislativa. E deste ponto de vista, o conceito de irretroatividade exprime-se no mero conselho, segundo o qual o legislador deve abster-se de votar leis retroativas.

V - Considera-se adquirido um direito quando é consequência de um fato idôneo a produzi-lo em virtude da lei vigente ao tempo em que se efetuou, embora a ocasião de fazê-lo valer não se tenha apresentado antes da atuação da lei nova, e que, sob o império da lei, então vigente, integrou-se imediatamente no patrimônio de seu titular.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e V estão certas.
- c) Apenas as alternativas III e IV são falsas.
- d) A alternativa V é a única verdadeira.
- e) Somente a alternativa I está errada.

47. Marque a alternativa correta:

I- Coube aos pandectistas a reafirmação da noção romana de domicílio, de acordo com a qual constitui o centro das relações e atividades e morada habitual.

II- O ato jurídico, tal como entendido e estruturado na sistemática do Código Civil de 1916, se funda conceitualmente na declaração de vontade, uma vez que analisado em seus elementos acusa a existência de uma emissão volitiva, em conformidade com a ordem legal e tendente a produção de efeitos jurídicos.

III- O ato negocial pode ser inquinado por duas categorias de defeitos. São os vícios do consentimento e os vícios sociais. Estes se caracterizam por influências exógenas sobre a vontade exteriorizada ou declarada.

IV - A simulação e a fraude constituem vícios do consentimento.

V- A transmissão errônea da vontade por instrumento, ou por interposta pessoa, não pode ser considerada nula da mesma forma que a declaração direta.

- a) As alternativas I e II são as únicas certas.
- b) As alternativas II e III estão certas.
- c) Somente a alternativa IV é falsa.
- d) As alternativas II e V estão corretas.
- e) As alternativas I e III são falsas.

48. Assinale a alternativa correta:

I- Denomina-se resolutiva a condição que impõe a inoperância da manifestação volitiva até que determinado acontecimento se realize.

II- O encargo, também denominado modo ou *modus*, se inclui entre as limitações da vontade, na categoria de elemento acessório. Constitui contrapartida da prestação recebida pelo beneficiário de um negócio jurídico.

III- Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente quando as circunstâncias o tomarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

IV- Ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, não é permitido o exercício de atos que visem à sua conservação.

V- Os atos jurídicos, a que se não impõe forma especial, não se poderão provar mediante presunção.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) Somente a alternativa III está correta
- c) As alternativas III, IV e V estão erradas
- d) As alternativas I, II e III estão corretas.
- e) A alternativa I é a única certa.

DIREITO COMERCIAL

49. O aval:

- a) dispensa a outorga uxória.
- b) declarada a nulidade do título de crédito, no qual foi prestado, não tem validade.
- c) pode ser dado em qualquer documento, seja título de crédito seja contrato.
- d) não se admite em cheque por ser uma ordem de pagamento à vista.
- e) somente pode ser outorgado no anverso do título de crédito.

50. O cheque prescreve:

- a) em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação.
- b) em 12 (doze) meses, contados da apresentação ao sacado.
- c) em 12 (doze) meses, contados da data da emissão.
- d) em 6 (seis) meses, contados da data da emissão.
- e) em 3 (três) anos, o mesmo prazo da letra de câmbio, mas contados da expiração do prazo de apresentação.